

A CULPA DO GOVERNO

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Pode parecer exagero da opposição, e exagero de mau gosto, a idéia de atribuir a culpa ao governo pelo terrível desastre da Central que vitimou centenas de pobres moradores dos subúrbios.

Mas não é exagero. Ao contrário, diante do panorama de costumes políticos, é perfeitamente razoável estabelecer uma correlação entre o que aconteceu nos trilhos dos trens e o que acontece nos trilhos da República. Os homens de governo de hoje costumam se queixar dos jornalistas que parecem possuídos da fúria de acusar e de denunciar. Estou pronto a admitir que existem casos de denúncias e acusações precipitadas e às vezes desprovidas de sólidos fundamentos. Não é de meu gosto o estilo jornalístico que desembaracadamente chama de ladrão tal ministro ou tal prefeito de grande cidade. Acho que é da competência exclusiva das instituições jurídicas a distribuição de tais títulos, como é da competência das faculdades de medicina dar a quem conclui o curso o título de doutor. Dizem que em Londres nenhum jornal se atreve a chamar alguém de ladrão ou de assassino antes do pronunciamento dos tribunais, e se é verdade, o que creio, isto prova que Londres é mais civilizada do que nós que praticamos o que poderíamos chamar exercício ilegal da condenação. Nós somos levianos no impropério. Mas esse fenômeno é correlato de um outro muito mais grave: a levandade do impropério corresponde à levandade dos homens públicos. Uma explica a outra, e assim os que dão abundantes motivos não podem queixar-se dos que tiram conclusões rápidas demais das aparências, pois convém notar que os homens públicos têm o elementar dever daquilo que em Londres se chama decôro, e que aqui, na linguagem dos senhores bispos se chama de austeridade. A verdadeira moral não caloriza os atos

humanos pelas aparências, mas na moral pública há também o dever de zelar pelas aparências. Dou um exemplo. Se um governo inaugura um empreendimento vultuoso e se esse empreendimento que envolve somas enormes é conduzido de modo apressado, ou entregue a pessoas chamadas de confiança, isto é, a amigos de infância do Presidente, que são da confiança dele mas não nossa, e se as tarefas e empreitadas são distribuídas sem concorrência e sem publicidade, temos todo o direito de desconfiar e de proclamar nossa desconfiança. Temos em suma o direito de escrever nos jornais que, segundo as maiores probabilidades, deve haver grossa patifaria nesse negócio. E os dirigentes que descuidam das normas esclarecedoras da opinião pública não têm o direito de queixar-se depois dos intempestivos impropérios da opposição.

No caso da Central nós temos direito de afirmar uma correlação entre o desastre e, por exemplo, os favores dados pelo governo federal ao sr. Brizola em detrimento de uma inteira unidade da federação. É claro que nenhum de nós supõe que foi o sr. Alkmin, ou seu filho, que fez a manobra errada dos sinais. Mas supomos, com sólida base nos fatos, que o ambiente geral de irresponsabilidade, produzido pelas emanações que saem dos altos postos da república, acaba por se infiltrar em todos os cargos até no de um humilde manobrador de desvios ferroviários. O ar de irresponsabilidade e de impunidade é um veneno capaz de afetar todos os órgãos de uma nação. Assim como existe no psiquismo individual uma instância formada pelo exemplo paterno, que Freud chamou super-ego, e que inconscientemente fornece fortes motivações para os atos humanos, existe também um super-ego coletivo que determina o comportamento de um povo. Insensivelmente, inconscientemente, afrou-

xam-se as normas, amortece-se os zelos, mingua os esmeros, na coletividade que de cima recebe o exemplo da irresponsabilidade e da falta de decôro. A mão do mais humilde obreiro deixa de fazer obra perfeita, porque a idéia de obra perfeita está eficientemente desmoralizada. Em lugar dela há outra idéia que se infiltra nos corações: a de vencer, a de ser esperto, a de tirar um prêmio no céu é o limite, ou de entrar na contra-mão, prejudicando o tráfego inteiro de uma rua, com a esperança astuta de pilhar uma brecha do tráfego. Num ambiente assim constituído, não há serviço que funcione bem. Sobram sempre alguns heróicos trabalhadores que continuam, obstinadamente, a contrariar a moda sacó que traçaram para as almas. Todos os dias encontramos algum barbeiro paladino da navalha, algum pintor cruzado do bom pincel, algum chofer de lotação com sinais de santidade eminentemente pelo cuidado que mostra com os miseros passageiros. Esses personagens de excepção não seguem, não assimilam as lições dos homens que distribuem a coisa pública pelos afetos particulares, como o Presidente que deu um cartório, com renda de centenas de contos por mês, a um moço de dezenove anos, noivo de uma sobrinha de sua excelentíssima senhora.

Afirmo, sem vislumbres de exagero oposicionista, até sem paixão, como se estivesse ao quadro negro desenhando um circuito ou demonstrando um teorema, que existe uma correlação estreita entre aquele cartório e as pobres vítimas da Central, entre o negócio que levou o Governador do Rio Grande do Sul a impetrar um mandado de segurança, e o descuido do sinaleiro, entre a alta do dólar e os quatrocentos corpos que baixaram hospital. E sobretudo existe uma correlação evidente entre a loucura de Brasília e a loucura que é hoje a Central do Brasil. Leio agora a notícia das providências tomadas pelo governo: demissão de alguns diretores e entêrro de primeira classe para as vítimas. Porque não inauguraram o cemitério de Brasília com esses mortos de primeira classe? Aqui deixo a sugestão. Informa-me um amigo oficial do exército que a força expedicionária brasileira na Itália, em um ano, teve menos baixas do que tiveram os trabalhadores do Brasil em um dia. E isto vem confirmar uma antiga teoria que defendo com convicção: não há guerra pior do que a que se processa invisivelmente dentro de um país mal governado. E por conseguinte não há para um povo pior inimigo do que um mau governo.

No artigo da semana passada reclamava eu a vinculação dos serviços públicos ao centro do poder, e perguntava, a quem fôsse capaz de me explicar, qual seria a razão de ser o diretor da Central um cargo de confiança da Presidência da República. Agora vejo mais nitidamente as desvantagens tremendas de tal concentração de poder e prestígio: os serviços públicos ficam adulterados, infalivelmente adulterados, porque a finalidade própria se desvia. Aparentemente a Central do Brasil é uma organização ferroviária; na realidade é um trunfo político, um cargo que se promete a quem mais se distinguir nas subserviências de uma campanha eleitoral. Aí está o desastre a ilustrar a tese que formulávamos na semana passada, como se estivéssemos adivinhando.

No regime odioso, criminoso e imbecil que nós vivemos, e de que beneficiam largamente os senhores governantes e suas excelentíssimas famílias, a Central do Brasil é fábrica de votos e não empresa de transporte. Trem, locomotiva, trilho, tudo fica secundário diante de valores mais altos, e passageiro vira sub-produto. O sub-produto nem sempre se aproveita. Nas indústrias menos desenvolvidas, o sub-produto bota-se fora, é lixo. Na Central do Brasil, o passageiro, sub-produto da empresa produtora de prestígio presidencial, bota-se fora também. Agora, diante do escândalo, os governantes resolveram dar um tratamento um pouco melhor ao bagaço da grande empresa: deram-lhe entêrro de primeira classe. E já ouvi dizer que, nesse avultado negócio funerário, apareceram negociastas a procurar no tal bagaço um resto de suco. Sendo muitos os mortos, e sendo caríssimo o entêrro de primeira classe, e tudo o mais sendo o que nós sabemos que é, não admira que surjam corvos a esvoaçar em torno dos humildes e escuros cadáveres que milhares de brasileiros estão chorando.

O leitor dirá talvez que eu exagero. Pode ser que haja algum excesso nessa história do bagaço e dos corvos; mas quem certamente, indubitavelmente, exagera, nessa história do câmbio recusado ao Rio Grande do Sul, e nas outras histórias, são os homens que teoricamente estão incumbidos de promover o bem comum do país, e que praticamente cuidam de particularíssimos bens.